

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/99

Os problemas ligados ao álcool (PLA) em Portugal, embora antigos, estão em agravamento acentuado, como o evidenciam dados recentes que traduzem o preocupante aumento de consumo global (com os mais elevados índices mundiais em algumas áreas) e entre os grupos etários mais jovens.

As repercussões dos PLA expressam-se por um lado pela ligação às principais causas de mortalidade — cirrose hepática, neoplasias do aparelho digestivo, miocardiopatias, para além da resultante de acidentes de viação e de trabalho. Por outro, pela relação relevante com muita morbilidade psicossocial, como são muitos dos conflitos laborais, sociais e familiares e várias perturbações do foro emocional e intelectual nas crianças e cônjuges de bebedores excessivos, bem como por apreciável patologia somática, sobretudo dos aparelhos digestivo e cardiovascular, para além do síndrome alcoólico fetal.

De facto, o alcoolismo é em Portugal a maior das toxicodependências, estimando-se existirem 1 800 000 bebedores excessivos, dos quais cerca de 800 000 serão bebedores dependentes, logo potenciais doentes alcoólicos crónicos.

Desde 1996 que figuramos como o maior consumidor mundial de etanol, com 11,2 l *per capita*, correspondendo a um aumento de 13,2% em relação a 1988, valores que aumentaram em 1997, respectivamente, para 11,3 l e 14,1%, e que têm vindo a crescer, quase regularmente, desde 1990 (9,9 l).

Ainda em 1996 alcançámos idêntica posição mundial no consumo de vinho, com 60,6 l por habitante, que se elevou para 61 l no ano seguinte. Salienta-se que, ao contrário dos restantes países europeus, este valor tem vindo a crescer com o aumento de consumo da cerveja. Com efeito, nesta o consumo tem sido praticamente progressivo desde 1962 (4,3 l *per capita*), com um crescimento sistemático desde 1984 (35,4 l), e que se cifrou em 62,7 l em 1997.

Finalmente, nas bebidas destiladas o valor consumido tem-se estimado em 0,8 l de etanol *per capita* desde 1981, quantitativo que alguns especialistas consideram calculado por defeito por o índice de referência ter sido subestimado e não entrar em linha de conta (tal como no vinho) com a produção artesanal, que não se afigura irrelevante.

A gravidade do problema não se limita a Portugal. Quer a União Europeia quer a OMS — Europa têm vindo a definir orientações específicas para os países membros.

Em Portugal desde 1998, e pela primeira vez, têm-se definido metas e objectivos sobre a matéria (em saúde em Portugal, uma estratégia para o virar do século — 1998-2002 e no plano de acção da Direcção-Geral da Saúde). Entretanto foi publicada nova legislação referente à condução sob o efeito do álcool e de outros psicotrópicos, na sequência da revisão do Código da Estrada pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro — o Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro, e as Portarias n.ºs 1005/98 e 1006/98, de 30 de Novembro — enquanto se ultima a revisão da legislação relacionada com os centros regionais de alcoologia. Em Novembro próximo e com financiamento da União Europeia irá decorrer, na cidade do Porto, um seminário europeu dedicado aos problemas do álcool nos jovens, com ênfase nas novas bebidas desenhadas e dirigidas aos jovens («alcopos») e tendo em vista também a promoção de uma rede europeia para a prevenção

comunitária, pesquisa e avaliação dos problemas ligados ao álcool.

Pela amplitude e gravidade do problema em termos da saúde pública importa, porém, tomar medidas imediatas mais amplas, quer de educação e promoção da saúde, quer de natureza legislativa e fiscalizadora que concorram para a redução efectiva dos PLA.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Estabelecer uma comissão interministerial para analisar e integrar os múltiplos aspectos associados à luta contra o alcoolismo num plano de acção que reforça e aprofunda a implementação do disposto na estratégia da saúde.

Esta comissão será constituída por um representante do Ministério da Saúde, que preside, e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Administração Interna, da Justiça e da Economia.

A proposta do plano de acção deve ser ultimada até 15 de Setembro.

2 — Solicitar ao Ministério da Saúde que em colaboração com os ministérios acima referidos organizem, durante o ano corrente, uma conferência consultiva que permita reunir, analisar e debater diversos projectos sobre a luta contra o alcoolismo.

3 — Intensificar a colaboração internacional nesta matéria, principalmente no âmbito da União Europeia, na sequência da coordenação portuguesa do projecto sobre álcool e juventude, que inclui o 2.º Simpósio Europeu sobre Prevenção Comunitária dos Problemas Ligados ao Alcool — «Alcool, Juventude e Novas Bebidas Desenhadas» — (Porto, 15 a 17 de Novembro).

Aprovada em Conselho de Ministros de 22 de Abril de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Portaria n.º 308/99

de 8 de Maio

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril, o valor do subsídio de educação especial é obtido através da dedução do valor da comparticipação familiar ao montante da mensalidade.

Por sua vez, o valor da comparticipação familiar é calculado a partir da aplicação de percentagens correspondentes a escalões de poupança mensal do agregado familiar.

Assim, o aumento das receitas da família, sem que se considere o aumento das respectivas despesas, levaria a um maior valor da poupança e, conseqüentemente, ao acréscimo da comparticipação familiar e à redução do quantitativo do subsídio a receber da segurança social.

Considera-se, deste modo, igualmente justificada a actualização da tabela das despesas fixas do agregado familiar, que, pela sua própria estrutura, implica um ajustamento, em princípio anual, dos respectivos valores.

A actualização agora determinada acompanha a evolução dos preços e, particularmente, o valor previsível para a inflação em 1999.

Por outro lado, na linha do que se encontra já estabelecido, considera-se que o montante da comparticipação familiar mínima deve corresponder ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens, procurando-se,

assim, uma co-responsabilização mínima das famílias no apoio sócio-educativo às crianças e jovens com deficiência.

Nestes termos:

Manda o Governo, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril, pelos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

1.º

Objectivo

A presente portaria estabelece os valores e critérios de determinação das comparticipações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, previsto no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública.

2.º

Determinação do valor da comparticipação das famílias

1 — É aprovada a tabela para a determinação do valor da comparticipação das famílias prevista no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Poupança familiar mensal (em escudos)	Comparticipação familiar em percentagem da poupança familiar		
	Internato	Semi-internato	Externato
Até 5420	50	0	0
5421 a 6080	55	30	15
6081 a 6770	60	38	19
6771 a 7450	65	46	23
7451 a 8110	70	54	27
8111 a 8790	75	64	32
8791 a 9470	80	74	38
9471 a 10 130	90	87	44
Mais de 10 130	100	100	50

2 — Nas modalidades de internato e de semi-internato a comparticipação não pode ser inferior, respectivamente, ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens percebido por um só filho de idade superior a 12 meses, correspondente ao 3.º escalão, deduzido dos montantes de eventuais majorações ou bonificações específicas que lhes acresçam, e a metade desse valor.

3.º

Determinação da poupança familiar

É aprovada a tabela das despesas anuais fixas a considerar para o cálculo da poupança familiar e determinação da comparticipação das famílias, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Número de elementos do agregado familiar	Despesas anuais fixas, sem o valor relativo à habitação (em milhares de escudos).
2	860
3	1190
4	1410
5	1620

Número de elementos do agregado familiar	Despesas anuais fixas, sem o valor relativo à habitação (em milhares de escudos).
6	1750
7	1840
8	1940
9	2010
10	2050

4.º

Actuação das instituições e serviços

As instituições e serviços processadores do subsídio de educação especial devem proceder com rigor na determinação do quantitativo da prestação através do apuramento do valor da comparticipação familiar, designadamente:

- Analizando criteriosamente os elementos de prova apresentados ou exigíveis para conhecimento actualizado das receitas do agregado familiar da criança ou do jovem com deficiência;
- Exercendo, sempre que necessário, o poder conferido pelo n.º 4 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, quanto à verificação pelos respectivos serviços da suficiência e exactidão dos elementos fornecidos.

5.º

Revogação

1 — A presente portaria revoga a Portaria n.º 1223/97, de 12 de Dezembro.

2 — Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998.

Assinada em 30 de Março de 1999.

Pelo Ministro das Finanças, *João Carlos da Costa Ferreira da Silva*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Fernando Lopes Ribeiro Mendes*, Secretário de Estado da Segurança Social.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 309/99

de 8 de Maio

Com fundamento no disposto nos artigos 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 79.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial vários prédios rústicos sítos na freguesia de Cachopo, município de Tavira, com uma área de 300 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de 12 anos, a Manuel António Teixeira, entidade equiparada a pessoa colectiva com o n.º 804128049